



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA  
SAQUAREMA**  
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Processo 4921/2023  
Data 10 / 03 / 2023  
Fls. 02 Rubrica @

**Ao Protocolo Geral do Município,**

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 5.609/2022, Concorrência Pública nº 004/2022.

Saquarema, 10 de março de 2023.

Atenciosamente,

**Samuel Aranda Neto**  
Diretor Geral de Licitações  
Mat. 958687-2  
*Samuel Aranda*

*Presidente da CPL*



Assunto: **RECURSO FASE HABILITAÇÃO CP 04/2022 -  
PREFEITURA DE SAQUAREMA**

De: Dimensional - Jeanne Santos  
<jeannes@dimensionalengenharia.com>

Para: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Time Q&P Dimensional <timeqp@dimensionalengenharia.com>,  
Cc: Dimensional - Time Juridico  
<timejuridico@dimensionalengenharia.com>, Dimensional - Andre  
Rangel <andrer@dimensionalengenharia.com>

Data: 10/03/2023 15:31



- Rec\_Adm\_CP\_004-2022\_-\_Saquarema\_-\_Qualifica.pdf (~3.5 MB)

À  
**Prefeitura de Saquarema**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

REF.: RECURSO FASE HABILITAÇÃO EDITAL CO 04/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA, COM TRECHOS DE PASSEIO E ESTACIONAMENTO, ILUMINAÇÃO, REURBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE RESTINGA DEGRADADA NA ORLA DA VILA A JACONÉ, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ

Prezados. Boa tarde!

A **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, vem por meio desta apresentar RECURSO da FASE HABILITAÇÃO referente à CO 04/2022, conforme segue anexo.

Favor confirmar o recebimento.

Desde já agradeço ficando no aguardo.

**Jeanne Darc**  
Coordenadora de Qualificação & Propostas (Q&P)  
(21) 3544-5853 / (21) 9 9874-0673





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA-RJ.

Ref.: Concorrência Pública nº 04/2022.

Processo Administrativo nº. 5609/2022

**DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** ("DIMENSIONAL" ou "**RECORRENTE**"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00299904/0001-60, participante da Concorrência Pública nº 04/2022, vem, por seus Representantes Legais infra-assinados, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/1993, c/c com o subitem 15.1, do Edital, interpor o presente.

### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do ato administrativo que a inabilitou, uma vez que a documentação habilitatória encontra-se ilibada e indene de vícios capazes de afastar a **RECORRENTE** do certame.

Assim, a **RECORRENTE** requer ao Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação que receba o presente Recurso Administrativo e, ato contínuo, reconsidere a decisão administrativa ora recorrida, no sentido de declarar a **DIMENSIONAL** habilitada. Ademais, na remota hipótese de assim não decidir, pugna a **RECORRENTE** para que







seu Recurso Administrativo seja remetido à Autoridade Superior, na forma do §4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, para o proferimento da decisão reformadora.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

DocuSigned by:  


2C75A82FA46844C  
**BRUNO GOMES PESSOA MENDES**  
**OAB/RJ 166.842**

DocuSigned by:  


0309F78C2C3949F  
**PAULO VICTOR FRANÇA DE OLIVEIRA**  
**OAB/RJ 238.633**





Licitação: **Concorrência Pública - Nº 004/2022**  
Ente Licitante: **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA**  
Recorrente: **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**

## PRELIMINARMENTE

### I. – TEMPESTIVIDADE

No dia 03.03.2023 (sexta-feira) ocorreu a Sessão de divulgação do resultado da fase de habilitação da CP 04/2022, ocasião em que foi comunicada a inabilitação da **RECORRENTE**, iniciando-se, no dia 06.03.2023 (segunda-feira) o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso administrativo, previsto no art. 110 c/c art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 8.666/93, e no subitem 15.1, do Edital.

Desta forma, constata-se ser o dia 10.03.2023 (sexta-feira) o término do prazo recursal denotando-se manifestamente tempestiva a presente peça.

### II. – SÍNTESE DOS FATOS

Em síntese, trata-se de uma Concorrência deflagada pelo MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, para o **“FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA, COM TRECHOS DE PASSEIO E ESTACIONAMENTO, ILUMINAÇÃO, REURBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE RESTINGA DEGRADADA NA ORLA DA VILA A JACONÉ, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ”**, conforme subitem editalício 2.1, *in verbis*:





## 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 O objeto desta Concorrência Pública é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA, COM TRECHOS DE PASSEIO E ESTACIONAMENTO, ILUMINAÇÃO, REURBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE RESTINGA DEGRADADA NA ORLA DA VILA A JACONÉ, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**, conforme especificado no anexo V deste Edital.

Uma vez que o objeto licitado se identifica com as atividades exercidas pela **DIMENSIONAL**, a mesma decidiu participar do certame, entregando, na data aprazada, os envelopes contendo toda a documentação necessária à sua habilitação e admissão de sua proposta de preços.

Ocorre que, após a análise da documentação de habilitação das empresas participantes, a c. Comissão Permanente de Licitação decidiu por inabilitar a **DIMENSIONAL**, em razão de, equivocadamente, ter entendido que a **RECORRENTE** não observou às seguintes exigências habilitatórias;

- (i) Subitem 10.3.1(1), do Edital, relacionado à qualificação técnico operacional da empresa, por supostamente não ter comprovado a sua prévia aptidão técnica na execução do serviço de *"meio-fio reto de concreto simples FCK >= 15mpa Pré-Moldado com Altura >= 0,30M" sob o quantitativo mínimo de 20.119,00m, apesar de a Recorrente ter comprovado, através do Atestado Técnico da CAT 14.987/2022 (pg. 93 da documentação habilitatória), que executou serviços similares de complexidade superior e em quantidade também superior; e*
- (ii) Subitem 10.3.8, do Edital, por supostamente não ter apresentado a documentação exigida na forma prevista no aludido dispositivo, apesar de a **RECORRENTE** ter apresentado o Termo tratado no subitem 10.3.8, em estrita conformidade ao modelo indicado pelo Instrumento Convocatório.





Visto isso, com a devida vênia, a análise e conclusão a que chegou a d. Comissão de Licitação está completamente equivocada, pois ambas as exigências habilitatórias supra restaram-se plenamente atendidas pela **RECORRENTE**.

Assim, inconformada com o resultado e com a decisão acima proferida, bem como certa da adequação de sua documentação e da possibilidade de apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, a **RECORRENTE** interpõe o presente Recurso Administrativo, cujas razões de direito a seguir aduzidas tem o condão de devolver ao certame à esteira da legalidade, mediante a reforma da decisão administrativa que a inabilitou, inclusive como medida de limiar justiça e respeito aos princípios norteadores do processo licitatório, que, justamente, é o que esta empresa comprova na sequência, passando a expor.

### III. – DAS RAZÕES DE DIREITO

#### III.1. Do Atendimento da Qualificação Técnico-Operacional, Mediante a Comprovação da Prévia Aptidão Técnica para a Execução do Serviço Disposto no Subitem 10.3.1(1), do Edital

Em relação à capacitação técnico-operacional das Licitantes, o Edital exige, no subitem 10.3.1, que as Licitantes deverão demonstrar a sua prévia aptidão técnica na execução de três serviços considerados como parcelas de maior relevância, observando-se o quantitativo mínimo previsto na tabela inclusa no dispositivo editalício.



**10.3.1** Capacidade Técnica Operacional é a comprovação de aptidão do(a) licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, que não poderá ser subcontratada, limitada às parcelas de maior relevância por certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público e privado, pque correspondem a no máximo 50% das quantidades do orçamento.

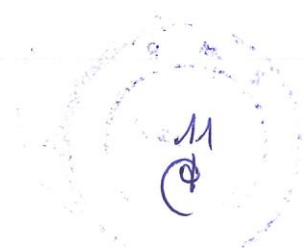
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
1	TER EXECUTADO MEIO-FIO RETO DE CONCRETO SIMPLES FCK>=15MPA PRÉ-MOLDADO COM ALTURA >=0,30M	M	20.119,00
2	TER EXECUTADO PISO OU PATIO DE CONCRETO ARMADO, ESP 10 CM	M²	11.418,00
3	TER EXECUTADO ASSENTAMENTO DE POSTES DE QUALQUER TIPO, ENGASTADO	UN.	187,50
4	TER EXECUTADO ESTACA PRANCHA METALICA E/OU AÇO	M²	1.534,00

Na divulgação do resultado da análise dos documentos de habilitação das empresas participantes, a Ilma. Comissão de Licitação comunicou que a **RECORRENTE** não comprovou, através de seus atestados técnicos, a prévia expertise técnico-operacional na execução dos serviços dispostos no Item 01, da Tabela supra, qual seja, o “*meio-fio reto de concreto simples FCK>=15MPa Pré-Moldado com Altura >=0,30M*”, sob o quantitativo mínimo de 20.119,00m.

Entretanto, com as máximas vênias urge aduzir que a Comissão de Licitação incorreu em flagrante equívoco em sua decisão, pois a comprovação da aptidão técnica para a aludida atividade restou plenamente atendida pela empresa **RECORRENTE**.

Isso, porque no Item 31, do Atestado Técnico emitido pela Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro –DER/RJ, atinente aos serviços de recuperação da RJ-146, entre a RJ-116 e Barra Alegre, prestados no contrato 062/2009, devidamente certificado pelo CREA, através da Certidão de Acervo Técnico – CAT 14.897/2022, expedida em nome de seu sócio e Diretor Técnico Vinícius Augusto Pereira Benevides, constata-se a execução dos serviços de “*sarjeta e meio-fio conjugados, concreto simples 15mpa, moldado no local 0,45m de base e 030m de altura, rejuntado c/ cimento e areia 1:3.5*”, sob o quantitativo de 26.863,90m.





31	Sarjeta e meio-fio conjugados, concreto simples, 15mpa, moldado no local, 0,45m de	08.027.012-0	26.863,90
	base e 0,30m de altura, rejuntado c/cimento e areia 1:3,5		

Desde já, compete ressaltar que os serviços dispostos no Item 01, da Tabela de Maior Relevância do subitem 10.3.1, do Edital, e no Item 31, do Atestado Técnico da CAT 14.897/2022, referem-se à construção do mesmo objeto - **Meio-Fio**, salientando-se que a complexidade tecnológica e operacional do serviço prestado pela Dimensional (meio-fio conjugado com sarjeta, de concreto simples, moldado no local) denota-se superior ao exigido pelo Instrumento Convocatório (meio-fio reto de concreto simples pré-moldado), razão pela qual a Comissão de Licitação deve leva-lo em consideração para o atendimento da exigência habilitatória ora tratada.

Importante observar que a engenharia para execução de meios-fios neste tipo de obra está verdadeiramente na construção de suas bases, uma vez que a exigência de uma base convenientemente compactada e topograficamente locada é ponto comum entre essas duas técnicas, e é justamente nesta pré-etapa de construção de meios-fios que mais se exige aplicação de técnicas de engenharia, tanto do ponto de vista de projeto e planejamento, como das técnicas construtivas que envolvem geoposicionamento, aplicação de equipamentos específicos de terraplenagem e controle tecnológico dos materiais que compõem a base. Ambos os itens se iniciam a partir desta pré-etapa, porém dela depende suas performances.

A partir deste ponto, no item mais simples que é justamente o exigido pelo edital, resume-se sua confecção ao posicionamento e fixação consecutivas das peças pré-fabricadas com argamassas, enquanto o item de complexidade técnica superior que foi o apresentado pela Dimensional requer uma construção prévia de formas alinhadas e escoradas para posterior concretagem em etapas consecutivas, ou a utilização de máquina extrusora para moldagem in loco com concreto de traço específico para tal e acabamento simultâneo com nata de cimento e abertura de juntas de dilatação controladas.





Aprofundando-se um pouco mais em cada uma dessas duas modalidades de confecção de meio-fio, tem-se os seguintes principais insumos em suas composições:

**A. Pré-moldado – Exigência do edital:**

- Mão de obra envolvida – Pedreiro ou calceteiro e serventes
- Materiais utilizados – meio-fio pré-moldado e argamassa
- Equipamentos – Nenhum
- Ferramentas manuais – serra mármore, martelo de borracha, colher de pedreiro

**B. Meio fio Moldado in loco – Atestado técnico apresentado pela Dimensional:**

- Mão de obra envolvida – Pedreiro ou calceteiro, carpinteiro e serventes para o caso de moldagem in loco sem utilização de extrusoras; e Pedreiro, operador de extrusora e serventes para o caso de utilização da extrusora.
- Materiais utilizados – concreto, formas e escoramento para o caso de meio-fio sem utilização de extrusora; e concreto de traço especial (slump test alto e traço com brita 0) e nata de cimento, para o caso de utilização de máquina extrusora.
- Equipamentos – Máquinas extrusoras de meio-fio para opção de moldagem com máquina, ou vibradores de mangote para o caso de utilização de formas convencionais.
- Ferramentas manuais – serra mármore, martelo, colher de pedreiro e marreta para o opção sem máquina extrusora; e desempenadeiras especiais, colher de pedreiro para o caso de utilização de máquinas extrusoras.

Assim, **ambas as técnicas ao final entregarão meio-fio** – o que demonstra a similaridade dos serviços – notadamente, conforme demonstrado, com mais serviços





envolvidos e com mais equipamentos e mão de obra especializada para o caso da opção de meio-fio moldado *in loco* – o que evidencia, repita-se, a maior complexidade tecnológica, operacional e construtiva do serviço contido no Item 31 do Atestado Técnico da CAT 14.897/2022, da RECORRENTE.

Quanto à admissibilidade da comprovação da prévia aptidão técnica do serviço exigido no Instrumento Convocatório, mediante a demonstração de execução de serviço similar de complexidade operacional e tecnológica superior ou equivalente, o §3º, do artigo 30, da Lei nº 8.666/93, não deixa dúvidas, registrando, explicitamente, que será **sempre admitida** a comprovação de aptidão através de atestados técnicos de serviços **similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**. *In verbis*:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*  
(...)

*§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*

Nessa mesma esteira, a jurisprudência, tanto no âmbito judicial como nos Tribunais de Contas, é uníssona quanto à admissibilidade e aceitação de Atestado Técnico detentor de atividade similar cuja complexidade seja superior ao do objeto licitado, como pode se exsurgir dos excertos abaixo:

*Tribunal Regional Federal da 4ª Região:*

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LICITAÇÃO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. COMPLEXIDADE SUPERIOR AO OBJETO LICITADO. POSSIBILIDADE.*

*É competente a Justiça Federal para julgar mandado de segurança em que a autoridade coatora é serviço social autônomo, de natureza privada, mas que recebe recursos oriundos de contribuição arrecada pela Previdência Social. **Não se pode inabilitar licitante que***





apresenta atestado de capacidade técnica com experiência de superior complexidade ao objeto licitado, sem desabono algum à qualidade dos serviços prestados, na esteira do contido no artigo 30, §3º, da Lei nº 8.666/93. Remessa oficial improvida. (Grifo não presente no original)

REO 6969 PR 98.04.06969-5. TRF 4ª Região. Des. Rel. Hermes Siedler da Conceição Junior. Data da Publ. 19.04.2000.

Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TUTELA JURISDICIONAL. NEGATIVA. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. CASO CONCRETO. VERIFICAÇÃO INVIÁVEL NA VIA ESPECIAL. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRA SIMILAR DE COMPLEXIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR. PROVA PERICIAL. COMPROVAÇÃO. HABILITAÇÃO. DIREITO. LAUDO TÉCNICO. DISCORDÂNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. CLÁUSULAS DO EDITAL. NULIDADE NÃO AVERIGUADA NO ARESTO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

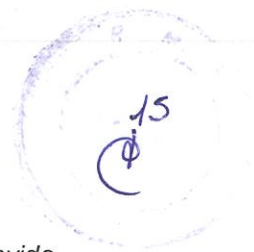
1. (...)

4. A Lei de Licitações (Lei n. 8.666/1993), ao tratar das exigências de qualificação técnica, prescreve, no art. 30, § 3º, que "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."

5. A administração pública pode exigir certa rigidez na capacitação técnica das empresas, a fim de atender ao interesse público – a exemplo de experiência anterior na execução de um objeto idêntico àquele licitado –, desde que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto, o que ocorre normalmente nos contratos de grande vulto, de extremo interesse para os administrados.

6. Julgados do Plenário do Tribunal de Contas da União orientam que, "em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e





serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva (...)", e que **"é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."**

7. Caso em que, em certame licitatório instaurado pela SABESP para execução de obras dos sistemas de disposição oceânica de esgotos no Município de Praia Grande/SP, a comissão licitante concluiu pela inabilitação técnica do Consórcio/agravado, por falta de comprovação de experiência em obras em ambiente marítimo.

8. O Tribunal paulista reformou a sentença para anular a decisão de inabilitação e declarar os agravados vencedores do certame, por vislumbrar ofensa à isonomia, manifesta na restrição da disputa e no direcionamento da licitação.

9. O laudo técnico elaborado pelo perito convenceu o Tribunal a quo de que o conteúdo dos dois atestados apresentados pelas empresas consorciadas, ora agravadas, no tocante à execução de emissário de esgoto sanitário no estuário do Rio Guaíba, para o DMAE de Porto Alegre, em ambiente fluvial, comprova **"a execução de serviços com características semelhantes e de competência tecnológica e operacional equivalentes, e até superiores, às exigências contidas no edital"**.

10. **A prova pericial não só atestou a aptidão do Consórcio/agravado para a execução da obra licitada** como verificou a ausência de motivação ou justificativa técnico-científica para a rejeição dos atestados de capacidade técnica dos agravados.

11. Mesmo a dúvida decorrente da incidência das ondas e arrebentação no ambiente de realização do objeto licitado – chamadas, no laudo, de "janelas de mar", cuja presença ensejou a improcedência do pedido no primeiro grau de jurisdição – foi dirimida pela Corte paulista, mais uma vez, com base nas proposições lançadas pelo perito nomeado pelo juízo.

12. Discordar da prova técnica para reputá-la inconclusa ou para concluir pela inabilitação técnica das agravadas reclama a imperiosa necessidade de reexame do acervo fático-probatório – e não





reavaliação da prova –, providência vedada na via especial, ante o óbice inserto na Súmula 7 do STJ.

13. Esta Corte já decidiu ser legal a exigência de prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado para fins de demonstração de qualificação técnica (REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011).

14. Segundo o julgado recorrido, o Colegiado de origem não pronunciou a nulidade de cláusulas do edital, mas afastou "interpretação restritiva" de suas disposições pela comissão licitante, "no ponto em que exigia que a comprovação da experiência deveria ser somente por meio de obra em mar aberto", o que acarretou a restrição da disputa, ali reparada.

15. Inexiste mácula na previsão editalícia, posto que prestigiou e reproduziu o teor do art. 30, § 3º, da Lei n. 8.666/1993, para propiciar a participação no certame de licitantes que comprovassem a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superiores àquelas ali exigidas.

16. Se a ação proposta não pretendeu nulificar as disposições editalícias, como anotado no acórdão, não há falar em decadência do direito de assim proceder (art. 41, 2º, da Lei n. 8.666/1993).

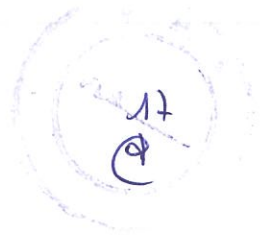
17. O teor do art. 21, § 4º, da Lei de Licitações (republicação do edital para propiciar sua ampla divulgação pela mesma forma com que se deu o texto original) e dos arts. 131, 335 e 436 do CPC/2015 não foi examinado no aresto recorrido, tampouco ventilado nos aclaratórios manejados na origem, falta que denota padecer o especial, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmula 282 do STF).

18. Agravos conhecidos para conhecer parcialmente dos recursos especiais e, nessa extensão, negar-lhes provimento. (Grifo não presente no original)

STJ. AREsp 1.144.965 – SP. Min. Rel. Gurgel de Faria. Publ. 19.12.2017

Tribunal de Contas da União:





**Enunciado:**

"A comprovação de habilitação técnica para execução de dada obra pode ser efetuada por meio da apresentação de atestados que demonstrem a execução de objeto do mesmo gênero e complexidade superior ao que se pretende contratar, consoante autoriza o comando contido no §3º do art. 30 da Lei 8.666/1993."

**Resumo:**

Levantamento de Auditoria realizado na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, apontou indícios de irregularidades na condução da Concorrência 046/2008"ASCAL/PRES Novacap/DF que teve por objeto a contratação das obras de construção de 1.290 unidades habitacionais na Vila Estrutural no Distrito Federal, os quais teriam restringido o caráter competitivo do certame (25 empresas retiraram e somente duas participaram da licitação). Além da falta de estabelecimento de critérios de aceitabilidade de preços unitários, exigência de vínculo empregatício entre responsável técnico e a licitante, exigência, sem amparo legal, de certificação emitida pelo GDF, apurou-se restrição indevida relacionada a quesito de qualificação técnica da licitante. Essa última ocorrência ficou evidenciada nos esclarecimentos prestados pela Administração a licitante que buscava demonstrar sua aptidão para realizar o referido objeto, por meio da apresentação de atestados de construção de edifícios residenciais e comerciais. Em resposta, a Novacap informou que os atestados deveriam guardar compatibilidade com o objeto da licitação: "construção de habitações horizontais individuais populares".

**O relator, ao endossar o pronunciamento da unidade técnica a respeito desse item do edital, ressaltou o disposto no art. 30, §3º, da Lei 8.666/93, segundo o qual "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". Observou que, a despeito disso, "a Administração estabeleceu no edital requisito mais restritivo que tal comando legal." E acrescentou: "Ainda que haja diferenças na administração e na coordenação da obra, em razão**





da dimensão dos canteiros de obras, não se justifica a exigência de tamanha especialização". Concluiu, então, que "... uma empresa que tenha executado obras mais complexas poderia facilmente construir tais casas, que possuem procedimentos construtivos primários". O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator e levar em conta todos os vícios identificados nessa fiscalização, decidiu, entre outras providências, rejeitar razões de justificativas de alguns gestores da Secretaria de Obras do DF e da Novacap e apená-los com multas proporcionais à responsabilidade de cada um deles pelo cometimento das irregularidades apuradas. (Grifo não presente no original)

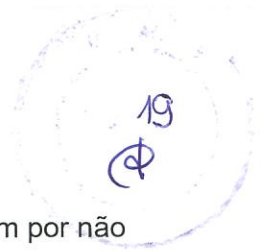
TCU. Acórdão 1847/2012 – Plenário. Min. Rel. Aroldo Cedraz. Data: 18.07.2012

Dito isso, constata-se ter a LICITANTE atendido às regras habilitatórias para a comprovação de sua capacitação técnico-operacional, uma vez que a exigência de prévia aptidão técnica para o serviço disposto no tem 01, da Tabela contida no Subitem 10.3.1, do Edital, qual seja, "meio-fio reto de concreto simples  $FCK \geq 15\text{mpa}$  Pré-Moldado com Altura  $\geq 0,30\text{M}$ ", sob o quantitativo mínimo de 20.119,00m, restou plenamente atendida através do serviço contido no Item 31, do Atestado Técnico da CAT 14.897/2022 (sarjeta e meio-fio conjugados, concreto simples 15mpa, moldado no local 0,45m de base e 030m de altura, rejuntado c/ cimento e areia 1:3.5, sob o quantitativo de 26.863,90m), por representar um serviço similar de complexidade técnica, operacional, tecnológica e construtiva superior, em estrita consonância com o §3º, do artigo 30, da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência pátria.

### III.2. Do Cumprimento da Exigência Prevista no Subitem 10.3.8, do Edital

Como narrado na parte fática do presente recurso, o segundo motivo pelo qual a Comissão de Licitação decidiu por inabilitar a RECORRENTE foi o suposto não atendimento da exigência prevista no subitem 10.3.8, do Edital.





No aludido subitem, o Edital exige, das empresas licitantes que optarem por não fazer a vistoria técnica, a apresentação de um Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica, que deverá corresponder ao Modelo de documento disposto no Anexo IV do Edital.

**10.3.8** As empresas que optarem por não fazer a vistoria técnica deverão apresentar o **TERMO DE RESPONSABILIDADE E RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**, conforme ANEXO IV deste Edital, formalmente assinado pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração e declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participarda licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Ainda segundo o aludido dispositivo, o Termo deve ser assinado pelo responsável técnico da empresa licitante e dispor que a empresa:

*“(...) tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração e declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.”*

Em razão de a **RECORRENTE** ter optado por não realizar a visita técnica e em estrita consonância ao que preconiza o subitem 10.3.8, do Edital, apresentou o Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica, nos exatos termos do Modelo disposto no Anexo IV, do Edital, como se depreende abaixo:



DS  
DS  
DS



DocuSign Envelope ID: 8E281784-8D38-47F1-B637-D272674C03E



ANEXO IV  
DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

AO  
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

NOME DA EMPRESA: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.  
C.N.P.J./M.F.: 00.299.904/0001-60  
ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 98 - SALA 605 - CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ

Concorrência Pública nº 04/2022 a ser realizada em 17/01/2023

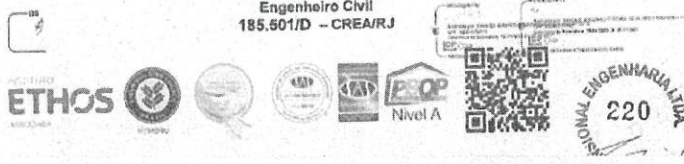
Declaramos para os devidos fins que a empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60 Representada por o Vinicius Augusto Pereira Benevides, portador da carteira de identidade registro no CREA/RJ sob o nº. 185.501/D e CPF sob o nº. 098.452.177-10, optamos pela não realização de vistoria assumindo integralmente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, Informando que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assumimos total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizaremos desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiros que venham a onerar a Administração, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2023

Dimensional Engenharia Ltda.  
Carlos Alberto Brizzi Benevides  
Sócio Administrador  
A6637-0 - CAU/BR

00.299.904/0001-60  
R. SETE DE SETEMBRO, 98 - SALA 605  
CENTRO - CEP: 20050-002  
RIO DE JANEIRO - RJ

Vinicius Augusto Pereira Benevides  
Responsável Técnico  
Engenheiro Civil  
185.501/D - CREA/RJ



Apesar de a Comissão de Licitação não ter pormenorizado o motivo pelo qual a **RECORRENTE** não atendeu à exigência do subitem 10.3.8, o que, *per si*, já inobserva o dever de motivar e fundamentar a sua decisão administrativa, a **DIMENSIONAL**, através de uma análise comparativa entre os exatos termos do referido dispositivo editalício e o Termo de Renúncia de Visita Técnica apresentado – *ipsis litteris* o modelo do Anexo IV do Edital –, estima-se que decorra de o Termo de Renúncia de Visita Técnica não conter a declaração de que a empresa “recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e que tomou conhecimento de todas as





*informações e condições locais para o cumprimento das obrigações das obrigações objeto desta licitação”.*

Mais uma vez, pede-se vênias, pois a omissão de tal registro no Termo de Renúncia de Visita Técnica da **RECORRENTE** ou, simplesmente, a não apresentação de um documento – a parte – que tem como exclusivo objetivo registrar a declaração acima transcrita, não mostra-se como argumento suficiente para inabilitar a **RECORRENTE** do certame, por representar um excesso de formalismo da Administração Pública na interpretação das regras previstas no Instrumento Convocatório.

Tal conduta deve ser vedada por conflitar com o princípio do formalismo moderado, que impede o Administrador Público de proceder com rigorismos exacerbados e inconstitucionais com a razoabilidade, a boa exegese da lei e que a inobservância em nada prejudica o certame.

A inabilitação por tal defeito denota-se abusiva, pois por uma observância excessiva de formalismo, acaba-se por alijar uma Licitante que detém todas as condições de executar o serviço licitado em sua completude, cuja proposta de preços pode apresentar-se como a mais vantajosa para o Ente Licitante, em clara possibilidade de prejuízo à administração.

Esse é o entendimento da jurisprudência, como se depreende do excerto a seguir transcrito:

*“PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CARTA CONVITE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. DESCLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE. 1. Recurso especial oposto contra acórdão que concedeu segurança postulada pela empresa recorrida por ter a recorrente desclassificado-a em procedimento de licitação carta convite, ao entendimento de que a CEF teria feito, em seu edital licitatório, exigência com um formalismo*





excessivo, consubstanciado que a licitante apresentasse, junto com sua proposta, catálogos técnicos ou prospectos do sistema de ar-condicionado, que foi objeto do certame. 2. A fim de resguardar o interesse público, é assegurado à Administração instituir, em procedimentos licitatórios, exigências referentes à capacidade técnica e econômica dos licitantes. No entanto, é ilegal a desclassificação, na modalidade carta convite, da proposta mais vantajosa ao argumento de que nesta não foram anexados os manuais dos produtos cotados, cuja especificação foi realizada pela recorrida. 3. Recurso não provido". (Superior Tribunal de Justiça, Resp 657.906/CE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 04/11/2004, DJ 02/05/2005, p. 199).

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS 1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido". (Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 294). (grifamos) "MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida". (Superior Tribunal de Justiça,





MS 5.869/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, Primeira Seção, julgado em 11/09/2002, DJ 07/10/2002, p. 163). (grifamos)

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA NA ORIGEM PARA DETERMINAR A PARTICIPAÇÃO DA IMPETRANTE NA DISPUTA. INABILITAÇÃO DE EMPRESA POR ERRO MATERIAL IRRELEVANTE. CNPJ DIVERSO INSERIDO POR EQUÍVOCO ABAIXO DA ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA IMPETRANTE NAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS PARA HABILITAÇÃO NO CERTAME. TEOR DOS DOCUMENTOS PRESERVADO. REQUISITOS DO EDITAL ATENDIDOS. AFASTAMENTO DO FORMALISMO EXACERBADO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. Prende-se ao formalismo extremo inabilitar a empresa apenas pelo fato de que o CNPJ consignado abaixo das assinaturas em declarações exigidas no edital não correspondia com aquele indicado pela impetrante em outros documentos, quando resta demonstrada a ocorrência de erro material irrelevante, que não prejudica o teor dos documentos e, por via de consequência, não acarreta nenhum prejuízo ao processo licitatório, nem ferimento aos princípios da isonomia, competitividade e da vinculação ao edital. Ofende, por outro lado, o princípio da razoabilidade e o direito líquido e certo da impetrante de participação no certame, já que a inabilitação por tal defeito é abusiva, não sendo razoável obstar a participação, apenas pela observância excessiva de formalismo, de empresa que pode vir a apresentar o menor preço, em clara possibilidade de prejuízo à administração, pelo afastamento de possíveis proponentes. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(TJ-SC - Remessa Necessária Cível: 03012021220158240052 Porto Uniao 0301202-12.2015.8.24.0052, Relator: Vera Lúcia Ferreira





*Copetti, Data de Julgamento: 14/02/2019, Quarta Câmara de Direito Público)*

Conforme entendimento jurisprudencial pacificado, o rol de exigências para comprovação de “habilitação” de licitante não deve atuar como elemento limitador da competitividade, sob pena de imputar-se ao responsável pelo certame ato de improbidade passível de denúncia aos órgãos de controle.

Tem-se aqui, que na essência do certame devem estar preservadas a competitividade (execrando-se o formalismo exacerbado) e a impessoalidade (limitando-se os atos praticados à sua finalidade legal).

Nessa mesma toada, ratifica a doutrina, cabendo citar a seguinte lição do prof. Celso Antonio Bandeira Mello<sup>1</sup>:

*“Na fase de habilitação a promotora do certame **DEVE SE ABSTER DE EXIGÊNCIAS OU RIGORISMOS INÚTEIS.**” (grifo nosso)*

Esse também é o entendimento seguido pelo mestre Adilson Dallari, que preconiza não poder haver *rigorismos no procedimento licitatório, notadamente na fase de habilitação, de modo a assegurar ao certame um maior número de licitantes* (RDP 14:240):

*“Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, **EXIGÊNCIAS DEMASIADAS E RIGORISMOS INCONSENTÂNEOS COM A BOA EXEGESE DA LEI DEVEM SER ARREDADOS.** Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório” (grifo nosso)*

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.p. 558





A doutrinadora Odete Medauar<sup>2</sup> acrescenta:

*“Cabe observar que, ante o princípio do formalismo moderado que norteia o processo administrativo, **NÃO DEVERÁ PREDOMINAR RIGOR EXAGERADO NA APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS ... AFETANDO O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE.** Quanto maior o número de licitantes, mais aumenta a possibilidade de obter melhores serviços ...” (grifo nosso)*

Salienta-se que no corrente caso, a declaração não prevista no Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica da RECORRENTE tem como objeto registrar duas afirmativas, sendo a primeira a de que a Licitante “recebeu todos os documentos necessários para participar da Licitação”.

Ora, a própria participação da Licitante no certame já presume, implicitamente, que a empresa concorda com os termos e a suficiência de informações e documentos contidos no Instrumento Convocatório para a execução dos serviços licitados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e demais documentos editalícios.

A segunda afirmativa refere-se à de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações desta licitação.

Essa segunda afirmativa também resta-se implicitamente ratificada pela participação da Licitante no certame, bem como pelo próprio Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica, que registra, por sua vez, que a Licitante “tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração”.

<sup>2</sup> MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2001





Diante disso, latente que a inabilitação desta Recorrente pelo alegado não atendimento do Subitem 10.3.8, do Edital, fere o princípio do formalismo moderado, motivo pelo qual deve, a ilma. Comissão de Licitação, rever o ato administrativo praticado, de modo a declarar a presente **RECORRENTE** como uma das empresas habilitadas no certame.

### **III.3. Dos Princípios Administrativos Infringidos Diante da Inabilitou a DIMENSIONAL**

#### **III.3.1 Princípios da Competitividade, do Formalismo Moderado e da Busca pela Proposta Mais Vantajosa**

O art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/93, determina que é vedado aos agentes públicos “admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo”. Como observa a doutrina, trata-se do chamado **princípio da competitividade**, que determina que **a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação:**

*“O primeiro deles é o princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”* (CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo. 27ª Ed. Ver, ampl. E atual. São: Atlas, 2014, p. 249).





Nesse ponto, o Tribunal de Contas da União ("TCU") possui o entendimento de que as exigências do edital não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências devem sempre ser devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado:

*"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público.*

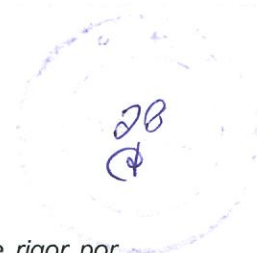
*Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.*

*Tais exigências ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"* (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho).

Como observa a jurisprudência, o objetivo das licitações é a busca do melhor contrato para a administração, pelo que toda a interpretação dos editais deve ser feita à conta de tal premissa:

*"LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - INTERPRETAÇÃO DE CLAÚSULAS DO EDITAL - RIGOR EXAGERADO. O objetivo das licitações públicas é a busca do melhor contrato para a administração, garantindo-se, de outro lado, a igualdade de chances aos concorrentes. Toda a interpretação de editais deve ser feita à conta de tal premissa, e, assim, a exigência do item 4. 1.2., alínea a, do Edital (fls. 10), deve ser entendida cumprida. A declaração exigida não precisa ser formulada com as exatas palavras do edital, mas sim com o conteúdo material que lhe atenda ao conteúdo.*





*Afastado o entendimento restritivo e eivado de excesso de rigor por parte da Comissão da Licitação. Prevalência de interpretação que favoreça à maior participação. "O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes" (cf. STJ; Mandado de Segurança nº 5418; Relator: Ministro Demócrito Reinaldo). Sentença confirmada. Remessa improvida" (TRF2, REOMS nº 24729, 5ª Turma Especializada, Relator Desembargador Federal Guilherme Couto, DJU 23.03.2006).*

Com base nesse princípio, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") entende que "o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes" (MS 5.418/DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJu 01.06.1998). **Para o STJ, Rigorismos Formais Extremos E Exigências Inúteis Não Podem Conduzir A Uma Interpretação Contrária À Finalidade Da Lei, Notadamente Em Se Tratando De Concorrência Pública, Do Tipo Menor Preço, Na Qual A Existência De Vários Interessados É Benéfica, Na Exata Medida Em Que Facilita A Escolha Da Proposta Efetivamente Mais Vantajosa.** É ler:

*"4. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41). Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º)" (STJ, REsp 797170/MT, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07.11.2006).*

Em outras palavras, o STJ sustenta que **"as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, POSSIBILITEM A PARTICIPAÇÃO**





**DO MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE CONCORRENTES, A FIM DE QUE SEJA POSSIBILITADO SE ENCONTRAR, ENTRE VÁRIAS PROPOSTAS, A MAIS VANTAJOSA** (STJ, RMS 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado, DJ 10.08.1998).

Diante disso, como já vastamente tratado no presente petítório, não pode a Comissão de Licitação inabilitar licitantes em razão de exigências desarrazoadas e que extrapolam o formalismo moderado, pois, a uma diminuirá a competitividade do certame, e, a duas, mitigará o atingimento da busca pela proposta mais vantajosa à Administração, razão pela qual, a DIMENSIONAL deve, como medida de limiar justiça, ser considerada habilitada.

#### **V. – CONCLUSÃO E PEDIDOS**

Por tudo quanto foi exposto, a **RECORRENTE** espera e requer:

- (i) O recebimento do presente Recurso Administrativo, eis que tempestivo;
- (ii) Com respaldo no artigo 109, § 2º, da Lei 8.666/1993, a concessão de efeito suspensivo ao presente Recurso Administrativo, suspendendo-se a realização dos atos administrativos relativos às fases seguintes à recursal;
- (iii) A Revisão da decisão administrativa que inabilitou a DIMENSIONAL, eis que:
  - a. Em estrita consonância com o §3º, do artigo 30, da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência pátria, comprovou a prévia aptidão técnica na execução do serviço disposto no tem 01, da Tabela contida no Subitem 10.3.1, do Edital, qual seja, “*meio-fio reto de concreto simples FCK>=15mpa Pré-Moldado com Altura >=0,30M*”, sob o quantitativo mínimo de 20.119,00m, haja vista que o serviço similar previsto no Item 31, do Atestado Técnico da CAT 14.897/2022,

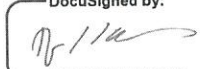




denota-se de complexidade técnica, operacional, tecnológica e construtiva superior; e

- b. Atendeu satisfatoriamente à exigência prevista no Subitem 10.3.8, do Edital, mediante a apresentação do seu Termo de Responsabilidade e Renúncia à Visita Técnica, em conformidade com a doutrina e jurisprudência pátria, além do princípio do formalismo.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

DocuSigned by:  
  
2C75A62FA46844C...  
**Bruno Gomes Pessoa Mendes**  
OAB/RJ 166.842

DocuSigned by:  
  
9309E78C2C3849F...  
**Paulo Victor França de Oliveira**  
OAB/RJ 238.633





## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, estabelecida na Rua Sete de Setembro, 98, sala 605, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.050-002, por seu representante legal, o Diretor Técnico, devidamente nomeado e constituído na forma do Contrato Social, o Sr. **VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 2005101598, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.452.177-10, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores o Dr. **BRUNO GOMES PESSOA MENDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 166.842 e o Dr. **PAULO VICTOR FRANÇA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 238.633, ambos com endereço profissional situado na Rua Sete de Setembro, 98, sala 1201, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.050-002, aos quais outorga plenos poderes para representar e defender os interesses da OUTORGANTE, no curso da Concorrência Pública Nº 04/2022, (Processo Administrativo nº 5609/2022), promovida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, conferindo aos outorgados os poderes da cláusula *ad judicium* e *ad judicium et extra*, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

DocuSigned by:

7A03C10FFAB9401...

**DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**

**Vinicius Augusto Pereira Benevides**





Dr. Jose Mario Pinheiro Pinto - Tabelião  
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C e Grupo 503 - CEP 20031-005  
 Centro - Edifício Jockey Club - Rio de Janeiro - RJ  
 Fone: 21 3553-6020 - Fax: 21 3553-6021  
 cartorio@24oficio.com.br

24º OFÍCIO DE NOTAS  
 Ana Lucia Motta de Queiros  
 Substituta do Tabelião

Livro Nº. 7902  
 Folha Nº. 187  
 Ato Nº. 117

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ  
 DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, NA FORMA  
 ABAIXO. ....

# "TRASLADO"

**S A I B A M** quantos esta virem que, no ano de dois mil e vinte dois ao 01º (primeiro) dia do mês de novembro, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, na sede deste Cartório do **24º. Ofício de Notas**, na Avenida Nilo Peçanha, nº. 11, 9º. Andar, grupo 903, e perante mim, **ANA LUCIA MOTTA DE QUEIRÓS, Substituta do Tabelião**, Matr. 94-12105 *da CGJ/RJ*, compareceu como **Outorgante: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, com sede na Rua: Sete de Setembro, nº. 98 – Grupo 605 – Centro, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.299.904/0001-60, neste ato devidamente representada por seu sócio Administrador: **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**, nascido em 31/01/1953, filho de Wilson Aristides Benevides e Martha Brizzi Benevides, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº. A6637-0, expedida pelo CAU/BR, em 04/04/2013, inscrito no CPF sob o nº. 459.645.727-15, com endereço comercial da **Outorgante**, reconhecido como o próprio por mim, **Substituta do Tabelião**, pelos documentos que me foram exibidos, do que dou fé. E assim, pela **Outorgante**, na forma como vem representada, me foi dito que, por este Público instrumento de Procuração, nomeia e constitui seus bastantes Procuradores: **MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES**, nascida em 20/05/1954, filha de Milton Augusto Pereira e Maria Alzira Vaz Pereira brasileira, casada, administradora de empresa, portadora da carteira de identidade nº 20-47119-0, expedida pelo CRA/RJ, em 09/11/1978, inscrita no CPF sob o nº 403.020.087-72. **VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, nascido em 12/10/1983, filho de Carlos Alberto Brizzi Benevides e Maria da Gloria Pereira Benevides, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade no. 2005101598 expedida pelo CREA/RJ, em 22/01/2007, inscrito no CPF sob o nº. 098.452.177-10. **E: ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, nascida em 05/01/1985, filha de Carlos Alberto Brizzi Benevides e Maria da Gloria Pereira Benevides, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade no. 2006102290 expedida pelo CREA/RJ, em 10/05/2007, inscrita no CPF sob o nº. 099.309.107-51; ambos com endereço comercial na sede da **Outorgante**, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro. Aos quais confere amplos e especiais poderes para em conjunto ou isoladamente, representarem a **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**. perante os órgãos da administração Pública direta ou indireta, fundações, autarquias, concessionárias de serviços Públicos, fornecedores, prestadores de serviços e terceiros em geral podendo assinar quaisquer documentos relacionados, mas não limitados, a bancos, cadastros, licitações, certidões, declarações e/ou fiscalizações, podendo ainda, requerer, retirar, apresentar e regularizar documentos em geral, prestar esclarecimentos, enfim, praticar todos os atos necessários em direito permitido para a plena administração da sociedade. O presente se não revogado terá validade de 01 (um) ano, a contar desta data. Enfim, praticar todos os atos necessários para

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 024142755

33

o bom e fiel cumprimento do presente mandato. Os nomes e dados dos elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela **Outorgante**, por seu representante, que por eles se responsabilizam. Bem como é de responsabilidade dos Órgãos competente que irão utilizar o presente instrumento, de analisar os documentos e a viabilidade da utilização dos poderes aqui **Outorgados. Consulta de Óbito da CGJ, Sob o nº. 0724- OLOU-01934868, em 01/11/2022.** Certifico que pelo presente ato é devido à custa sendo, R\$ 182,50 (Tab. 22, 2) + R\$ 29,76 (Comunicações ao Distribuidor, DOI e CENSEC), Tab. (16 - nº. 5) + R\$ 12,84 (Arquivamento - Tab. 16 - nº. 4) + R\$ 21,07 (20% FETJ) + R\$ 5,26 (5% FUNDPERJ) + R\$ 5,26 (5% FUNPERJ), + 4,21 (FUNARPEN/RJ) + (Gratuitos 2% R\$ 1,25), + R\$ 5,33, 5% de ISS, e ainda o Valor de R\$ 37,97 referente á (distribuição 4 nomes). Assim o disse do que dou fé, e me pediu que lhe lavrasse o presente, que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, nos termos do Artigo 391, da consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **EU, (ASS), ANA LUCIA MOTTA DE QUEIROS**, Substituta do Tabelião, Matr. 94-12105 da CGJ/RJ, lavrei, li o presente ato, colhendo a assinatura. **Outorgante: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, neste ato, devidamente representado por seu Sócio: **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**. "TRASLADADA NA MESMA DATA" Eu Subscribo e assino, encerrando o presente Ato.

24º OFÍCIO DE NOTAS  
Ana Lucia Motta de Queiros  
Substituta do Tabelião

Ato subscrito e encerrado por mim



Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EEIO86422-PWL**

Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

NOTARIAL  
2022.11  
01/11/2022

00-2017/057524-1

21 fev 2017 15:44

JUCERJA

Guia: 102243155

3320517970-1

Atos: 105

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

HASH: F17020575241Q

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00

DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002989546 22/12/2016 105

(vide Tabela 1)

00-2017/057524-1

15 fev 2017 10:19

JUCERJA

Guia: 102243155

3320517970-1

Atos: 105

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

HASH: F17020575241Q

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00

DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002989546 22/12/2016 105

## 1 - REQUERIMENTO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

Nire: 33.20517970-1

Protocolo: 00-2017/057524-1 15/02/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

00003011831

DATA: 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

O DO RIO DE JANEIRO

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: ERESMIR ESPIRINDAAssinatura: [assinatura]Telefone de contato: 2441.5902

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em ordem.  
À decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

## DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

22, 02, 2017

Data

Responsável

☐ Processo indeferido. Publique-se.

## DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 23ª ALTERAÇÃO  
DO CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL  
ENGENHARIA LTDA.**

**CNPJ/MF: 00.299.904/0001-60  
NIRE: 33205179701**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

**CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**, brasileiro, casado, arquiteto, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº A6637-0, expedida pelo CAU/BR RNP, inscrito no CPF/MF sob o nº 459.645.727-15 ("Brizzi");

**MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES**, brasileira, casada, administradora de empresas, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 20-47119-0, expedida pelo CRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 403.020.087-72 ("Gloria");

**VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº 2005101598, expedida pelo CREA RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.452.177-10 ("Vinicius");

**ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, brasileira, solteira, engenheira civil, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 2006102290, expedida pelo CREA RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.309.107-51 ("Andressa");

**BENFOUR INVESTMENT S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.067.767/0001-33, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33300317350, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. **Pedro Ken-Ichi Teixeira Massunaga**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 81-1-15856-0, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 733.394.907-91, residente e domiciliado na Rua Prof. Gabizzo, nº 202, apto. 101, Tijuca, CEP 20271-061, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Benfour");

Na qualidade de únicos sócios da **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.299.904/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33205179701 ("Sociedade"),

Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios, em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil");

**1. OBJETO SOCIAL**

1.1. Decidem os sócios alterar o objeto social da Sociedade para incluir novas atividades, modificando o item II do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**II- OBJETO SOCIAL**

*A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção*

1 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701

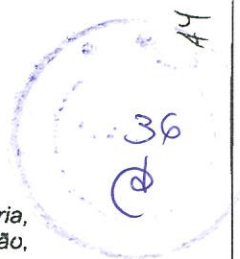
Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos, operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

## 2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Em razão das deliberações tomadas acima, resolvem os novos sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, passando o mesmo a vigorar com a seguinte e nova redação consolidada:

2 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
 Nire: 33205179701  
 Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34  
 Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral



**"CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.  
CNPJ Nº 00.299.904/0001-60  
NIRE Nº 33205179701**

**I- DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação de "DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA", com sede e administração central na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Sete de Setembro nº 98, grupo 605, Centro, CEP: 20.050-002, sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo os sócios, por decisão unânime, transformá-la em sociedade anônima.

**II- OBJETO SOCIAL**

A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores sólidos a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente

3 de 6


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

### III- CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 38.760.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta mil reais), representado por 5.000 (cinco mil) quotas com valor nominal de R\$ 7.752,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Participação no capital social (%)	Participação em R\$
Carlos Alberto Brizzi Benevides	250	5	1.938.000,00
Maria da Gloria Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Vinicius Augusto Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Andressa Augusto Pereira Benevides	50	1	387.600,00
Benfour Investment S.A.	4.500	90	34.884.000,00
<b>Totais</b>	<b>5.000</b>	<b>100</b>	<b>38.760.000,00</b>

Parágrafo primeiro- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo- Os lucros auferidos pela Sociedade poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação dos sócios no capital social.

### IV- ADMINISTRAÇÃO

Compete ao sócio CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES a administração da sociedade, que assinará isoladamente, nos termos da legislação em vigor, ficando o mesmo dispensado de prestar caução para o exercício das referidas funções. A denominação será usada única e exclusivamente em atos de interesse da sociedade e proibida em fianças, avais, endossos em títulos de favor, contratos de arrendamento ou outros quaisquer documentos estranhos à sociedade, ficando o infrator responsável, pessoalmente, pela assinatura indevida.

Parágrafo Primeiro – Em caso de impedimento do sócio administrador, a administração da sociedade será exercida por uma Diretoria, composta pelos sócios VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designado Diretor Técnico; ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora de Planejamento; e MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora Administrativa, a qual obedecerá ao disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Segundo – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento poderão praticar, em conjunto ou isoladamente, todo e qualquer ato relacionado à engenharia, no desenvolvimento das atividades sociais, tais como, exemplificada, mas não exaustivamente, a conserto técnico, o gerenciamento de obras, a construção civil, a urbanização em geral, o saneamento em geral e dragagens.

Parágrafo Terceiro – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento, sempre em conjunto, ou a Diretora Administrativa, isoladamente, poderão praticar todo e qualquer ato relativo à parte administrativa e financeira da Sociedade, incluindo aqui, exemplificada, mas não exaustivamente, a celebração e a assinatura de documentos que importem em obrigação para a

*[Handwritten signatures and initials]*

4 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701

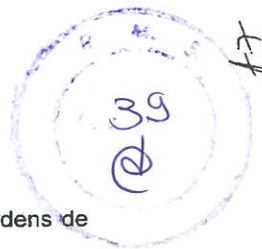
Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED16699F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



Sociedade, tais como, contratos, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques e ordens de pagamento.

#### V- REMUNERAÇÃO

A cada um dos administradores caberá uma retirada mensal a título de pró-labore, sendo o seu valor fixado pelos sócios, de comum acordo, prevalecendo a decisão da maioria.

#### VI- EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil. Em 31 de dezembro de cada ano serão levantadas as demonstrações financeiras da sociedade e o lucro líquido ou prejuízo apurado terá sua destinação definida pelos sócios quotistas, prevalecendo a decisão dos sócios representantes da maioria das quotas de capital.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras deverão ser julgadas pelos sócios quotistas no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, sendo estas colocadas à disposição destes com antecedência de 30 (trinta) dias à realização da Assembleia de sócios.

Parágrafo Segundo – Os sócios, de comum acordo, poderão deliberar a preparação de Demonstrações Financeiras intermediárias, para a qualquer tempo distribuir lucros.

#### VII- FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

Em caso de falecimento ou interdição de sócios, a sociedade não se dissolverá. Os herdeiros ou sucessores maiores terão opção de substituí-los na sociedade, devendo essa intenção ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que as quotas do falecido ou interdito serão divididas em tantas partes quantos forem os herdeiros ou sucessores maiores, caso em que os demais sócios, desde já, autorizam seu ingresso na sociedade.

Parágrafo Único - Se no prazo acima, os herdeiros ou sucessores maiores não se manifestarem, proceder-se-á à apuração de haveres do sócio falecido ou interdito, através do levantamento de demonstrações financeiras no prazo de até 90 (noventa) dias da data do evento, que serão pagos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### VIII – REUNIÃO E ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS

A Assembleia de sócios realizar-se-á sempre que convocada, na forma da Lei, e obrigatoriamente no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, quando deliberará sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo.

Parágrafo Único – A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e em segunda convocação, com qualquer quórum.

#### IX- TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

É expressamente proibida a cessão ou a transferência de quotas de capital de qualquer dos sócios a estranhos, sem o consentimento expresso dos demais sócios. O sócio que quiser retirar-se da sociedade, comunicará esta decisão por escrito aos demais sócios que, em sessenta dias, contados da data do recebimento da comunicação, exercerão ou não o direito de preferência na aquisição das quotas do cedente, em igualdade de preço, prazo e condições. Se ao término do prazo acima referido os sócios não exercerem sua preferência e nem houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social, as quotas poderão ser livremente negociadas.

*(Handwritten signatures and initials)*

5 de 6

*(Handwritten signature)*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701  
Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34  
Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017





Parágrafo Único – É permitida a cessão de quotas entre sócios, independentemente do direito de preferência que os demais possam ter na proporcionalidade de seu capital e de qualquer outra formalidade, ficando dispensada qualquer comunicação formal.

#### X- CASOS OMISSOS E FORO

Os casos omissos neste instrumento serão regulados pelas disposições legais vigentes, ficando eleito o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para quaisquer procedimentos judiciais oriundos deste contrato.

#### XI- DESIMPEDIMENTO

Declaram os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO BRIZZI-BENEVIDES

MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

BENFOUR INVESTMENT S.A.

Representada por Pedro Ken-ichi Teixeira Massunaga

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 240 OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO  
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020  
CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES, VINICIUS AUGUSTO PEREIRA  
BENEVIDES, MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES  
Valor total: 21,42  
Rio de Janeiro, 09/02/2017  
EBY006147-NNC, EBY006149-JBR e EBY006151-LCM  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS  
Carlos Jubert Calil de Queirós  
Substituto do Tabelião  
Mat. 94/5969

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 240 OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO  
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020  
ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES TORRES, PEDRO KEN-ICHI TEIXEIRA  
MASSUNAGA  
Valor total: 14,28  
Rio de Janeiro, 09/02/2017  
EBY006167-MIB e EBY006169-EJP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24º OFÍCIO DE NOTAS  
Carlos Jubert Calil de Queirós  
Substituto do Tabelião  
Mat. 94/5969

6 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nire: 33205179701  
Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: A4164A045ED16699F4909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34  
Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





DocuSign

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1B5B5BE08B1948B1B6E2E68CA1603E76  
Assunto: Rec. Adm. CP 004-2022 - Saquarema - Qualificação Técnica  
Obra: Jurídico  
Envelope fonte:  
Documentar páginas: 36  
Certificar páginas: 5  
Assinatura guiada: Ativado  
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado  
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:  
Vitoria Castro  
R Sete De Setembro, 98  
Sala 605, Centro  
RIO DE JANEIRO, RJ 20050-002  
vitoriaca@dimensionalengenharia.com  
Endereço IP: 200.201.189.182

## Rastreamento de registros

Status: Original

10/03/2023 14:47:49

Portador: Vitoria Castro

vitoriaca@dimensionalengenharia.com

Local: DocuSign

## Eventos do signatário

Vinicius Benevides  
viniciusb@dimensionalengenharia.com  
DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

## Assinatura

DocuSigned by:  
  
7A03C10FFAB9401...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
Usando endereço IP: 177.26.70.197  
Assinado com o uso do celular

## Registro de hora e data

Enviado: 10/03/2023 15:00:57  
Visualizado: 10/03/2023 15:26:38  
Assinado: 10/03/2023 15:27:27

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Bruno Mendes  
brunom@dimensionalengenharia.com  
Advogado  
DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

DocuSigned by:  
  
2C75A62FA46B44C...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura  
carregada  
Usando endereço IP: 200.201.189.182

Enviado: 10/03/2023 15:27:33  
Visualizado: 10/03/2023 15:29:09  
Assinado: 10/03/2023 15:29:31

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 14/02/2020 16:52:47  
ID: 6057f9f8-6c32-4c9b-ae94-7a21bedb55bb

Paulo Oliveira  
pauloo@dimensionalengenharia.com  
Advogado  
DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

DocuSigned by:  
  
0309F78C2C3649F...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
Usando endereço IP: 200.201.189.182

Enviado: 10/03/2023 15:27:33  
Visualizado: 10/03/2023 15:28:03  
Assinado: 10/03/2023 15:28:39

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

## Eventos do signatário presencial

## Assinatura

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega do editor

## Status

## Registro de hora e data

## Evento de entrega do agente

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega intermediários

## Status

## Registro de hora e data



Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	10/03/2023 15:00:57
Entrega certificada	Segurança verificada	10/03/2023 15:28:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	10/03/2023 15:28:39
Concluído	Segurança verificada	10/03/2023 15:29:31
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		



## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, dimensional (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

**All notices and disclosures will be sent to you electronically**



Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

#### **How to contact dimensional:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [thamyresa@dimensionalengenharia.com](mailto:thamyresa@dimensionalengenharia.com)

#### **To advise dimensional of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [thamyresa@dimensionalengenharia.com](mailto:thamyresa@dimensionalengenharia.com) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

#### **To request paper copies from dimensional**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [thamyresa@dimensionalengenharia.com](mailto:thamyresa@dimensionalengenharia.com) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

#### **To withdraw your consent with dimensional**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:



i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to [thamyresa@dimensionalengenharia.com](mailto:thamyresa@dimensionalengenharia.com) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify dimensional as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by dimensional during the course of your relationship with dimensional.